

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

BOLSA FAMÍLIA. AUTONOMIA E DINHEIRO: UMA PERSPECTIVA DAS MULHERES TICUNA DO AMAZONAS

Erica Fabricia Melo Moreira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7107>

Submetido em: 2023-09-30

Postado em: 2023-10-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

BOLSA FAMÍLIA. AUTONOMIA E DINHEIRO: UMA PERSPECTIVA DAS MULHERES TICUNA DO AMAZONAS

Érica Fabricia Melo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7287-7659>

<erica.moreira@ufam.edu.br>

Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM. Brasil

RESUMO

Apresento alguns resultados da minha dissertação de mestrado intitulado “Programa bolsa família: uma etnografia a partir da perspectiva das mulheres indígenas Ticuna” meu estudo etnográfico foi realizado na comunidade de Nova Itália no território indígena Vui-Uata-In, localizado no município de Amaturá-AM. A etnografia apresenta a perspectiva das mulheres Ticuna que recebem o Bolsa Família, e se destacam principalmente a administração do dinheiro. Sabemos que historicamente as mulheres têm salários inferiores aos homens consequentemente são elas as mais afetadas no que se refere ao endividamento, muitas das vezes torna-se mais difícil pagar essas dívidas porque elas são responsáveis pelos cuidados dos filhos e filhas em alguns casos são responsáveis pelos idosos o que torna as despesas domésticas mais altas, especialmente nas comunidades onde as famílias moram na mesma casa. Enfim, proponho apresentar uma reflexão sobre o Bolsa Família a partir da visão dessas mulheres e como o benefício contribui no orçamento das famílias e como se dá a circulação desde dinheiro dentro e fora da aldeia.

Palavras-chave: Manutenção do dinheiro, mulheres indígenas, bolsa família, política social.

BOLSA FAMÍLIA. AUTONOMY AND MONEY: A PERSPECTIVE FROM THE TICUNA WOMEN OF AMAZONAS

ABSTRACT

I present some of the results of my master's dissertation entitled "Bolsa Família Program: an ethnography from the perspective of indigenous Ticuna women". My ethnographic study was carried out in the community of Nova Itália in the Vui-Uata-In indigenous territory, located in the municipality of Amaturá-AM. The ethnography presents the perspective of the Ticuna women who benefit from the Bolsa Família programme, and mainly focuses on how they manage their allowances. We know that historically, women earn lower salaries than men, and consequently, they are the ones most affected when it comes to debt. It is often more challenging to pay off these debts because they are responsible for looking after their sons and daughters. In some cases, they are also responsible for older people, which makes household expenses higher, especially in

communities where families live in the same house. Finally, I propose to present a reflection on Bolsa Família from the point of view of these women and, how the benefit contributes to the family budget and how money circulates inside and outside the village.

Keywords: money management, indigenous women, Bolsa Família, social policies

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de minha dissertação de mestrado, uma etnografia mais ampla realizada no território indígena Vui-Uata-In¹, comunidade Nova Itália da etnia Ticuna², no Município de Amaturá – AM. O município está localizado a 908,72 quilômetros da capital do Amazonas, Manaus, fazendo parte da Meso Região do Alto Solimões, com uma população estimada pelo IBGE³ em 10.819 habitantes, segundo o Censo de 2022. O município abrange uma área de território de 4.754,109 quilômetros quadrados.

Os Ticuna, povo indígena apresentado nesta pesquisa, constitui-se como o grupo étnico de maior expressão populacional no território brasileiro, distribuído nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai, Tefé, Anamá, Berurí; e na cidade de Manaus. Contudo, a maior parte das aldeias e da população encontra-se ao longo do rio Solimões. Segundo a mitologia, o povo Ticuna autodenomina-se *Magüta*, que quer dizer, na sua língua, “o povo que foi pescado”. A explicação consta no site do Instituto Socioambiental (ISA)⁴:

Conforme os registros da tradição oral, foi *Yo'í* [um dos principais heróis culturais] que pescou os primeiros Ticuna das águas vermelhas do igarapé *Eware* (próximo às nascentes do igarapé São Jerônimo). Estes eram os *Magüta* (literalmente, “conjunto de pessoas pescadas com vara”; do verbo *magü*, “pescar com vara”, e do indicativo de coletivo *-ta*), que passaram a habitar nas cercanias da casa de *Yo'í*, na montanha chamada *Tainvegine*. Mesmo hoje em dia, este é para os Ticuna um local sagrado, onde residem alguns dos imortais e onde estão os vestígios materiais de suas crenças (como os restos da casa ou a vara de pescar usada por *Yo'í*) (ISA, 2017).

Meu objetivo foi pesquisar o Programa Bolsa Família (PBF) neste território com as mulheres Ticuna e tentar compreender como a manutenção do dinheiro, autonomia, consumo, noções de pobreza circulam naquela comunidade.

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, ancorado na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O programa é descentralizado e compartilhado entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Sustentável - MDS o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de família da fome. Em 2023, o Governo Federal

¹ Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3899> acesso em 1 de julho de 2023

² Optei pela grafia do nome da etnia Ticuna com C e não K porque assim minhas interlocutoras majoritariamente o escrevem. No entanto, ao longo do texto também será apresentada a grafia com K, seguindo assim as citações diretas de outros autores que optaram escrever com K e não com C.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/amatura/panorama>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

⁴ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Por meio da articulação com outras políticas públicas, o programa busca a superação da pobreza (MDS, 2023).

Outro fator importante é compreender que a comunidade pesquisada está próxima à cidade de Amaturá (AM), a cerca de 20 a 30 minutos de canoa ou lancha. É em Amaturá que estas mulheres fazem a retirada do dinheiro do Bolsa Família. Neste sentido, buscaremos compreender como a introdução do Programa no território indígena Ticuna teve efeitos de potencializar algumas questões relacionadas à vida urbana, à circulação pela cidade e ao consumo realizado lá, já que na comunidade não há mercados e as poucas tabernas que existem tem produtos mais caros, sendo mais viável, portanto, comprar na cidade.

Problematizamos, ainda, a partir de uma perspectiva de gênero, como o Programa foi recebido e compreendido pelas mulheres Ticuna e como foi inserindo-se na vida das famílias e das mulheres que gerenciam o dinheiro do benefício. Quais foram os efeitos/transformações causados por conta das condicionalidades exigidas pelo Governo Federal?

A pesquisa foi de base qualitativa com abordagem etnográfica. O método etnográfico a partir de Eckert (1997), Geertz (1999), Silva (2009), Beaud e Weber (2007), Oliveira (2006). Eckert (1997) aponta para uma ética de interação, de intervenção e de participação onde a alteridade reside na singularidade do discurso êmico traduzida pelo pesquisador

As culturas, a partir de percepções subjetivas, objetivas, práticas e ações sociais como objetos fundamentais da antropologia passam a ser analisados como “ordens de significados de pessoas e coisas”. De Boas, de Malinowski, de Mauss apreende-se o método de uma observação completa, participante e viva das sociedades estudadas, de uma “imersão no cotidiano de uma outra cultura” e a ética profissional (domínio da língua nativa, relativização ética dos dados colhidos em entrevistas livres e *surveys*), revelando e sentindo de culturas diferentes numa crítica ao etnocentrismo (ECKERT, 1997, p. 21).

Neste sentido, a tarefa da/o antropóloga/o, no que se refere ao trabalho de campo, se caracteriza pela investigação, a observação cotidiana, a imersão na lógica cultural dos seus interlocutores no caso, de minhas interlocutoras a escrita do diário de campo e das vivências na comunidade. No trabalho de campo, é importante também a/o etnógrafa/o perceber os seus limites e os territórios demarcados, observar os limites que lhes são impostos, estar atento às teias de significados e seus símbolos (GEERTZ, 1999) e o que estes representam para a comunidade

da qual agora ele passará a fazer parte por um tempo. É preciso, portanto, estar atento ao percurso que agora será trilhado, passível de muitas fronteiras, zonas de transição e ambiguidades.

ARTICULANDO POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E COMUNIDADES INDÍGENAS

Apresento a seguir certos delineamentos para pensar as políticas públicas. Ao falarmos de políticas públicas, o Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda no Brasil que vincula o recebimento de benefícios ao cumprimento de de um conjunto de contrapartidas/condicionalidades⁵ nas áreas de Saúde e de Educação, ou seja, existe uma intersetorialidade de políticas públicas.

A acentuada desigualdade social e o grande contingente populacional em situação de pobreza se perpetuam ao longo da história do Brasil, em especial para as “minorias étnicas”. Temos na literatura uma variedade de trabalhos acadêmicos que tratam de discutir a partir de várias perspectivas o Programa Bolsa Família (REGO E PIZANI, 2013, ZIMMERMANN e ESPÍNOLA 2015, ÁVILA, 2013) desde os efeitos de melhoria nas condições socioeconômicas das populações, bem como seus desafios e limites. Arretche salienta que

O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado –, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. Paradoxalmente, essas novas questões da agenda política brasileira constituem também um problema para o desenvolvimento da agenda de pesquisa em políticas públicas (ARRETICHE, 2003, p.8)

Seguindo a linha dos questionamentos de Arretche (2003), neste trabalho nos interessa uma definição antropológica das políticas públicas (LIMA, 2012), no sentido de captar os efeitos que estas têm entre os sujeitos que são seus beneficiários. Lima (2012) afirma que ao pensar as políticas públicas ou as ações do governo pretende-se compreender que há

um “processo de formação do Estado” e de “construção da nação” ambos são considerados pelo autor categorias distintas, mesmo havendo um entrelaçamento, já que para o autor, o Estado-Nação é totalizante, uma vez este mesmo Estado não esteja pronto sem quaisquer “deslizamentos espaciais” das coalizões históricas do Estado (LIMA, p, 45, 2012)

Neste sentido, Lima (2012), propõe que dentro das análises antropológicas sejam valorizadas as dimensões dos processos individuais, seus fluxos e performances, as análises precisam da atualização cotidiana sem ações estatais estereotipadas e rotinizadas. É, portanto, importante segundo o autor, analisar os modos de pensar, falar, agir, como também de sentir, expressar emoções e se apresentar na interação cotidiana.

“Todavia, quando mudamos o foco do estudo etnográfico da cena dos segmentos afetados por ações de governos de Estados nacionais, em especial os habitantes de áreas rurais, populações etnicamente diferenciadas e mesmo a periferia das grandes cidades, toda essa construção desmorona. Quando nos deslocamos [...] em direção ao estudo das elites políticas, econômicas, intelectuais etc., não apenas a categoria “Estada” se torna frequente em suas falas, como definidora de muitas delas, já que elas mesmas se ocupam de defini-la, delinear-la, preenchê-la, reformá-la etc. Em especial, se os atores pesquisados forem aqueles que definem o que devem ou não devem ser as políticas de intervenção governamental, que as implementam, as avaliam e as reaplicam – *tomadores de decisão, gestores governamentais, intelectuais-avaliadores de políticas* e outros – nesse caso, saber o que se diz (nós e eles) quando se fala em “O Estado” é essencial e está no cerne mesmo de qualquer investigação (LIMA, 2012, p. 563)

Abrem-se questões que dizem respeito às comunidades indígenas: quais efeitos tem o PBF nas relações de gênero entre as comunidades indígenas? Sendo que as mulheres são as responsáveis legais por receber o benefício, quais as mudanças no cotidiano dessas mulheres que recebem o dinheiro que circular na comunidade? Como se dá a regulação do dinheiro, e que se constitui como um importante instrumento de autonomia das mulheres Ticuna tanto individual como política dentro de sua comunidade.

É importante frisar que o PBF não tem como objetivo garantir a sobrevivência material dessas famílias. Por outro lado, o benefício chega a ser um dos principais recursos financeiros ao final de cada mês, já que na comunidade muitas mulheres não trabalham fora, em especial as mais velhas, e que parte da renda das famílias na comunidade vem da venda dos produtos extraído das comunidades.

Ao longo das últimas décadas, as mulheres Ticuna vem tendo uma maior visibilidade em suas comunidades e nos movimentos indígenas. Cresce a inserção das mulheres dentro das mais diversas associações, das escolas, dos postos de saúde etc. Elas participa, portanto, das tomadas de decisões nas comunidades.-As escolhas são feitas agora não só pelos homens da comunidade, mas, juntos, mulheres e homens decidem suas prioridades. São nesses espaços onde as mulheres estão inseridas que são discutidos assuntos como saúde, conflitos, educação, política etc.

Nesta perspectiva, é importante discutir como as questões de gênero integram um longo

processo de mudanças que envolveram a autonomia de pessoas das mais diversas formas da vida social. Porém, nessa direção, várias teóricas que trabalham com a temática de gênero vão ressaltar a noção de “uma experiência comum das mulheres, a partir das vivências de gênero e coletivamente compartilhada através das culturas e da história” (SORJ, 1992, p. 16), o que consequentemente acabou excluindo a diversidade de experiências de ser mulher.

Discutir gênero e autonomia, como proponho nesta pesquisa, é uma tarefa complexa. Principalmente se falarmos de/em comunidades tradicionais, onde os papéis de gênero ainda são bem definidos, são categorias que estão em construção cotidianamente se incorre no risco de realizar uma análise circunstancial, influenciada por acontecimentos conjunturais.

Sendo assim, ao “pensar a diferença” e refletir sobre a existência de uma experiência entre as mulheres ou a partir da construção de gênero, as teorias feministas precisam lidar cotidianamente com o questionamento da presumida identidade do próprio sujeito do feminismo, e o papel assumido por elas.

Ao longo da pesquisa pude observar as estratégias que essas mulheres buscavam para ser ouvidas. Numa etnia com funções e deveres bem definidos, é importante que elas encontrem uma forma de serem ouvidas, é necessário buscar espaços e estratégias para falar, mas, por inúmeras vezes no campo desta pesquisa, as mulheres expuseram as dificuldades deste processo.

Salvo os trabalhos da última década, também observamos o “silêncio” na etnologia indígena Ticuna, ao se referirem sobre a etnia somente com a palavra “Ticuna” de uma forma generalizada, não explicitando se falava de mulheres ou de homens. Além do mais, ainda são poucas as mulheres indígenas que estão na academia escrevendo sobre suas histórias e sua cultura. Enfim, temos na literatura mulheres brancas, acadêmicas escrevendo sobre estes grupos, tudo isso por conta de um processo histórico colonizador.

FEMINISMO COMUNITÁRIO

No livro “Hilando Fino: Desde el Feminismo Comunitario”, de Julieta Paredes (2010) a autora propõe-se a escrever sobre um movimento chamado feminismo comunitário. Tal movimento consiste na participação ativa das mulheres em suas comunidades, sem relação hierárquica com homens, senão que ambos os sexos disponham de uma mesma representação política e social dentro de suas comunidades. Neste sentido, o feminismo comunitário proposto

por Paredes (2010) questiona o patriarcado, não só o patriarcado colonial assim como o patriarcado imposto pela própria cultura.

Em sua obra, Paredes (2010) enfatiza que todas as mulheres precisam lutar e encontrar suas estratégias para ir contra o patriarcado, que oprime as mulheres, em especial as mulheres indígenas. Segundo a autora, é necessário cotidianamente “vencer” a colonialidade que ainda perdura, e conseqüentemente continuar com “ojos abiertos que ya no se pueden cerrar porque sería una deslealtad con nosotras mismas, con nuestras hermanas y nuestras ancestras” (PAREDES, 2010).

Neste sentido, o pensamento de Paredes sobre feminismo comunitário apresenta-o como um conceito forjado dentro das comunidades e das lutas vivenciadas histórica e cotidianamente. Paredes (2010) ressalta que tais conceitos foram reformulados a partir de suas necessidades, tendo em vista seus processos de mudanças e de colonização, e busca apresentar algumas definições nesta perspectiva, dentre elas o conceito de feminismo. Assim, permite que posteriormente suas filhas e netas possam encontrar seus próprios conceitos, já que segundo a autora o feminismo hegemônico ocidental

Sin desmerecer lo que ellas, las feministas occidentales, hicieron y hacen en sus sociedades, nosotras queremos posicionar desde Bolivia nuestro proceso feminista y nuestros procesos de cambios. Nos parece importante partir de nuestra definición de feminismo: feminismo es la lucha y la propuesta política de vida de cualquier mujer en cualquier lugar del mundo, en cualquier época de la historia que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime (PAREDES, p.75- 76)

Uma das ideias centrais de Paredes é que as mulheres tanto de classes populares como indígenas possam e tenham o direito de falar sem precisar serem mediadas quer seja por homens, pelo Estado ou por ONGs. Que estas mulheres possam ter mais “dignidade e autonomia”, especialmente dentro da política.

Dentro desta perspectiva das práticas descoloniais é que Segato (2012) problematiza a “inter-relação” entre patriarcado e colonialidade, fazendo relação direta com nosso objeto e problema de pesquisa. Além de reforçar a ideia de Paredes (2010), Segato afirma que suas incursões se dão a partir da participação no “feminismo e na luta indígena”, o que a permitiu compreender como as relações de gênero se modificam historicamente, tanto pelo patriarcado como pelo colonialismo. Como antropóloga, Segato (2012) destaca que ao longo de sua formação o procedimento de “escuta etnográfica” foi determinante para suas inferências e reflexões acerca do tema abordado.

Um tema abordado por Segato (2012) é a violência doméstica. Em minha pesquisa, o assunto foi abordado pelas mulheres diversas vezes. Segato acentua que nas comunidades

indígenas a violência é crescente. Isto é importante para compreender como de fato se dá essa construção das relações de gênero, já que este tema deixa de ser “particular” e passa a ser um tema da vida social da comunidade.

Apesar de histórico, este continua sendo um tema abordado já que a dominação de gênero, a dominação patriarcal, estão embutidas no dia a dia das comunidades. Segato (2012) afirma que as sociedades indígenas, assim como as afro-americanas, tem origem patriarcal, mesmo que difiram do gênero ocidental em perspectiva e história

As mulheres – tanto indígenas como afro-americanas – que atuaram e refletiram divididas entre, por um lado, a lealdade às suas comunidades e povos na frente externa e, por outro lado, sua luta interna contra a opressão que sofrem dentro de suas comunidades e povos, denunciam frequentemente a chantagem das autoridades indígenas, que as pressionam para que posterguem suas demandas como mulheres sob o argumento de que, ao não fazê-lo, estão colaborando para o enfraquecimento da coesão em suas comunidades, tornando essas mais vulneráveis nas lutas por recursos e direitos (SEGATO 2012, p. 117)

Estas desigualdades de gênero são perceptíveis dentro das comunidades, mas também existem os processos de mobilização das mulheres indígenas tanto no cotidiano das suas comunidades quanto na esfera pública para a reivindicação de direitos.

COMO POBREZA, GÊNERO E ESTADO SE CRUZAM?

Como me referi acima, as condicionalidades (como forma de controle do Estado) são obrigatórias e precisam ser cumpridas mensalmente pelas beneficiárias.

O conjunto das reflexões ora apresentadas é um desdobramento para pensarmos sobre os processos de formação do Estado e a produção de um discurso em torno da pobreza e da “vulnerabilidade” das mulheres, discurso este produzido pelo próprio Estado.

No caso das mulheres Ticuna podemos destacar dois aspectos. Por um lado, a necessidade do Bolsa Família. Ressalto que estas mulheres não se consideram ~~ão~~ pobres, pois, (segundo a visão delas), a produção de artesanatos, a roça e a pescagem garantem o sustento, mas o dinheiro do Bolsa Família é um importante complemento, já que representa uma renda fixa mensal.

Por outro lado, parece que a própria inserção das políticas públicas (luz elétrica chegando às aldeias; inserção das crianças na escola) gera para pagar a conta de luz, para comprar roupa e material para seus filhos irem à escola.

Essa leitura nos mostra também o quanto as políticas que são pensadas para um determinado fim (no caso, o “alívio” da pobreza), são ressignificadas pelos sujeitos e coletivos beneficiárias de maneiras distintas conforme suas visões/lugares no mundo.

Melo (2020) afirma que a pobreza é "múltipla e performativizada", portanto compreender as concepções e os significados do mundo na aldeia vai além do que o programa propõe, já que o Bolsa Família visa combater a extrema pobreza.

Interessante destacar como também como as/os agentes do Estado, no caso as/os assistentes sociais, aparecem nessa fala com um papel de “captura” na trama de políticas públicas. Exemplo ilustrativo do que a antropologia política discute como o “fazer o Estado” no cotidiano da população seja ele indígena ou não.

Também podemos chamar a atenção para as diferenças de gênero destacadas: são as mulheres que participam dessas reuniões com esses agentes do Estado, e são também as mulheres percebidas como as que aderem o processo de escolarização, mais do que os homens dentro das comunidades.

Para acompanhar esses processos foi preciso também compreender como diferenças de múltiplas categorias são pensadas. Para Leirner (2012), apresentar definições sobre o Estado; é mostrar como ele se atravessa nas mais diversas áreas do conhecimento. No caso aqui apresentado, a proposta, portanto para pensarmos estado como Lima afirma (2015) o Estado como "relação entre pessoas concretas" que tratam as dinâmicas do estado em convergências como as "teorias nativas" que divergem entre si que não são lineares e que, portanto pode falar de múltiplas explicações que perpassam o Estado dentro do Estado.

Neste sentido, a imagem do Estado como ente de controle é amplamente conhecida. O Bolsa Família é o próprio controle do Estado sobre essas mulheres, no entanto, a forma de ressignificar este controle está nos discursos das mulheres ao pensar em pobreza por exemplo. É necessário reafirmar que o Estado sempre existiu (Melo, 2020, Olivar, 2019, Leirner, 2012, Lima, 2012, 2015). Em distintos momentos e esferas, apesar das convergências, o Estado sempre "esteve lá" onde está. Há, portando, uma precedência do Estado no campo, na agricultura, nos Territórios (TI). Enfim, apesar de ambígua, a presença do Estado não significa necessariamente que tudo será englobado a realidade de determinados lugares será transformada, quer sejam estes organizados e bem estruturados ou não, mas coexistem de formas complexas e emaranhadas.

Para Melo e Olivar (2019), gênero e Estado se "emaranham" ou se “entrecruzam” já que gênero não diz respeito apenas aos efeitos das políticas públicas como é o caso do Bolsa

Família, onde a mulher é titular do cartão, mas há nelas todo um lugar político e analítico que permeia a vida dessas mulheres. Essas relações de gênero aparecem os estudos fronteiriços destes autores, que também se aplicam as mulheres Ticuna, pois elas cotidianamente fazem parte desse emaranhado que perpassa gênero e Estado, e elas também são marcadas pela “nação, etnia, procedências regionais e posição econômica”.

Para Vianna e Lowenkron (2017), “o gênero constitui performativamente, corpos individuais, coletivos e institucionais, atravessando todas as relações sociais”. No entanto, as autoras afirmam que existem muitos estudos relacionados ao gênero e suas políticas, mas poucas “reflexões teóricas, particularmente no campo da antropologia, a respeito da dimensão generificada do próprio Estado” ao se referir a instituições, agentes, tecnologias de governo, enfim.

O Estado, para as autoras, revela-se como uma "regulação social" que produz de diferenças e hierarquias pensadas estrategicamente para suas próprias formas de pensar as políticas e suas tecnologias governamentais. Sendo assim, as autoras acima citadas veem gênero no "centro" dessas "arenas políticas" engendradas e performatizadas, pensando que gênero e Estado tem uma dinâmica constante com as pessoas, comportamentos, relações sociais, corpos, afetos e desafetos.

**“NÓS NÃO SOMOS POBRES, MAS RECEBEMOS O BOLSA FAMÍLIA,
PORQUE POBRE É QUEM NÃO TEM ONDE MORAR E O QUE COMER”
(DONA MARIA, 65 ANOS)**

Compreender as concepções e os significados do mundo na aldeia vai além do que o programa propõe, já que o Bolsa Família visa combater a extrema pobreza. A noção de mundo de Dona Maria, 65 anos, mãe de 9 filhos e beneficiária do programa, afirma que a vida era bem mais difícil sem Bolsa Família, que nunca saiu da comunidade e seu esposo e ela não tem trabalho (formal), ambos vivem do que coletam na comunidade, como a caça e a pesca, e ela faz artesanato para vender. Mas, segundo ela, as dificuldades não os colocam numa situação de pobreza.

Todas as nossas conversas, com todas as mulheres foram realizadas na cozinha, já que eu sempre ia pela parte da manhã; e ficava até metade da tarde. E na parte da manhã todas elas fazem o almoço, lavam louça, ficam a manhã toda na cozinha, onde também passei todo o

tempo com elas. As conversas eram longas, entre trabalho e comer na cozinha. Segundo Dona Maria, nunca pode faltar um café pra receber as visitas. Um dia fui mais específica e perguntei à Dona Maria o que ela entendia por pobreza, já que o Bolsa Família tem por objetivo atingir um público pobre e vulnerável. Em meio a muitas pessoas que estavam na casa, ela disse:

O “Bolsa” é, sim, para pessoas pobres, porque tem muitos parentes nossos por ai que são pobres, vou explicar pra senhora. Aqui nós não somos pobres, porque nós temos casa, comida, temos a nossa terra que já está demarcada graças a muitos parentes que lutaram por nós. Nós aqui em Nova Itália temos muita terra, muita terra, dá pra caçar, pescar, fazer roçado, plantar muitas coisas, se tu colocar um anzol ai na frente tu pega peixe, se tu for lá no mato, tu traz caça, aqui não como passar fome, se eu estiver doente, um parente meu vai trazer comida, nós temos Deus, e temos muita saúde, senhora, pra gente trabalhar. Então graças a Deus, nós não somos pobres. Mas os parentes nossos que moram na cidade, esses são pobres mesmo, porque se ele não tiver o real ele vai passar fome, pode até morrer de fome, e como a gente tá longe a gente não pode ajudar o parente. Em Manaus por exemplo, tem muito parente que vai para lá, passa mal de tudo e volta, porque não sabe como é a vida na cidade.-Deus me livre, lá ninguém ajuda ninguém, se tu precisar lá, tu morre de pobreza, porque eles não tem Deus, não se ajudam, não tem rio perto, não tem onde caçar.-Então essa é pobreza, entendeu, dona? (Diário de campo. Conversa com Maria)

É importante frisar que durante minha pesquisa é importante frisar que não tive um número exato de interlocutoras. Frequentei cinco casas, com cinco mulheres donas das casas, com famílias extensas. Todas as vizinhas participavam das conversas, todas às vezes, além outras que por ali passavam sempre na curiosidade de saber qual era o assunto e acabavam ficando por horas conversando comigo, além do Bolsa Família, sobre inúmeros outros assuntos.

É importante compreender que as dinâmicas nas comunidades indígenas são bem diferentes do nosso tempo na cidade, às relações são estreitas, todas se sentem bem à vontade para entrar nas conversas, e no geral sempre existe uma relação de parentesco aparece ali uma tia, prima, irmã, avó, comadre, madrinha do filho de alguém, cunhada, sogra. Em momento algum da pesquisa eu estive só com uma mulher, além do número grande de crianças e adolescentes que sempre estavam perto. Nas páginas a seguir trago algumas das conversas sobre Bolsa Família, dinheiro, autonomia, etc. E o relato de Maria Lucia:

até um dia desses eu não tinha nenhum real para comprar nada, em tudo dependia de marido, que não trabalha fora [não tem um emprego formal], vive de caça e da pesca, e todo dinheiro [que tem] ele quer beber. Vende peixe aqui mesmo podendo vender mais em Amaturá, mas ele não quer, só quer beber cachaça; com esses outros homens daqui. Sabendo que é proibido beber aqui, ele bebe, vai lá na comunidade do lado comprar cachaça de cana. Ele não deixava o dinheiro pra pagar conta e comprar as coisas das crianças. Comida não falta aqui dona Erica, tem peixe, macaxeira, muita banana na época, a gente faz farinha com a mamãe, tem goma... Mas e a roupa das crianças? A conta de luz? Comprar arroz? Feijão? Óleo? Açúcar? Para tudo isso precisa de dinheiro. Antes do Bolsa Família era um sofrimento só, agora não, o cartão tá no meu nome, eu que guardo na minha pasta, eu que todo mês vou lá tirar

o dinheiro. O marido as vezes vai comigo, mas quem tira o dinheiro e compra as coisas sou eu, agora não falta nada para as crianças (Diário de campo. Conversa com Maria Lucia)

Percebe-se, portanto uma responsabilização pelos cuidados e manutenção do dinheiro delegada às mulheres, que vem de antes, mas que com o fato de receber o benefício acrescenta mais a responsabilidade da manutenção deste dinheiro. Ao mesmo tempo, que o controle deste dinheiro pelas mulheres alivia a preocupação de poder prover às crianças tudo o que elas precisam e as coloca em uma posição de decidir quais gastos são prioritários.

É importante compreender também quais caminhos diferentes são utilizados pelas mulheres e, quais são suas estratégias. São elas que agora tomam conta das contas da casa, que fazem todas as compras e pagamentos necessários do mês, sendo que o uso de bebidas alcoólicas (destacado por minha interlocutora como algo frequente entre os homens) parece acirrar as assimetrias de gênero.

Algumas mulheres afirmaram que o Bolsa Família é uma apenas ajuda porque o valor é baixo, pois “não dá para comprar tudo do mês” é pouco, mas ajuda, porque eu nem tô trabalhando”, “é uma ajuda, uma ajuda de custo”, “não acho pouco não, dona, tem gente que reclama do valor, mas eu não acho pouco não”, “com esse dinheiro eu compro as coisas pra casa”, “se não fosse o Bolsa, nem sei o que seria da gente com marido que só bebe”, “ ajuda em tudo lá em casa”.

É possível observar nas várias falas dessas mulheres que há uma espécie de visão predominante de que o Bolsa Família é uma ajuda, ou um apoio para elas, e não um direito de cidadania, como assim dizem as diretrizes do Programa. Aparece também a ideia de que o benefício advindo do programa de transferência de renda é algo que se ganha do governo. Essa concepção tem estreita relação com a forma como as mulheres se identificam e como justificam a sua entrada e permanência no Programa.

CONSIDERAÇÕES E NOVOS CAMINHOS SOBRE O BOLSA FAMÍLIA

Como titulares do benefício elas podem planejar seus gastos mensais e familiares sem nenhuma interferência do marido, o que lhes dá uma “autonomia” que segundo elas antes não havia já que no passado o dinheiro vinha dos maridos e, quando chegava a elas -grande parte já havia sido “gasta com bebidas”.

Já que na comunidade grande parte das mulheres não dispõem de trabalho formal, a renda em dinheiro vem das vendas de pescado, artesanato, roçado. Enfim, uma renda que não é fixa, e na maioria das vezes, vem da venda realizada pelos homens, já que faz parte de suas funções na comunidade é cuidar da casa e dos filhos, da roça.

Sabemos que historicamente as mulheres têm salários inferiores aos homens, conseqüentemente são elas as mais afetadas no que se refere ao endividamento, muitas das vezes torna-se mais difícil pagar essas dívidas porque elas são responsáveis pelos cuidados dos filhos e filhas, e em alguns casos são responsáveis pelos idosos como mencionei acima.

É necessário compreender e problematizar em que medida isso afeta a saúde dessas mulheres. No debate realizado pelo Instituto Equit⁶ sobre o Endividamento das Mulheres, foi afirmado que mulheres endividadas sofrem com ansiedade e depressão e uma série de angústias por conta dessas dívidas.

Procurei, portanto, compreender os relatos das mulheres Ticuna que recebem o Bolsa Família, tentando compreender seus pontos de vista sobre o programa, suas percepções, sentimentos e avaliações entre as pessoas que estão envolvidas de alguma forma com esta política.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. Rev. Bras. Ciências Sociais, v. 14, n.40, 1999. ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Rev. bras. Ciências Sociais, v.18, n.51, 2003.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do bolsa família? Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013.

BEAUD. Stéphane; Weber. F. Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução: Sergio Joaquim de Almeida. Ed. Vozes Petrópolis, Rj, 2007.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2. Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ECKERT, Cornélia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na

experiência etnográfica. Humanas, Porto Alegre. v, 19/20. 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LCT, 1999.

LIMA, Antonio Carlos De Souza. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. Revista de antropologia, v. 55, n. 2, jan. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica in Revista de educação e Realidade n.2; v.15. Porto Alegre (5-22), 1990. SCOTT, Joan. Entrevista com Miriam Grossi e Maria Luiza Heilborn. Revista de Estudos Feministas. v. 6, n. 1, 1998.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 Dezembro 2012.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da Pós-modernidade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

PAREDES, Julieta. Hilando fino: desde el feminismo comunitario. La Paz: CEDEC y Mujeres. Creando Comunidad (3a. ed.) 2010.

ZIMMERMANN, Clóvis Robert; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. Programas sociais no brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. Cadernos CRH, SALVADOR, V.28.N73, P. 147-164. jan.abril, 2015.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (Número do Processo: 88887.839253/2023-00).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: a autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Érica Fabricia Melo

Graduação em Antropologia, pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS em São Leopoldo -RS. Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.